

MAPFRE Previdência S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2025

MAPFRE Previdência S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2025

Índice

Relatório da Administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias.....	6
Demonstrações financeiras intermediárias	
Balancos patrimoniais.....	11
Demonstrações de resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	17
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria.....	55

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações financeiras intermediárias relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025 da MAPFRE Previdência S.A., elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. As referidas demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório dos Atuários Independentes.

Rendas de contribuições e prêmios emitidos

As receitas com rendas de contribuições e prêmios emitidos totalizaram no semestre de 2025 R\$ 126,2 milhões, um crescimento de 5,2% ou R\$ 6,2 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior principalmente devido a novo aporte no produto VGBL.

Sinistralidade

A sinistralidade no semestre de 2025 foi de 23,09% aumento de 2,2 p.p. em relação ao semestre de 2024 decorrente do aumento nas despesas com benefício do produto Dotal.

Despesas administrativas

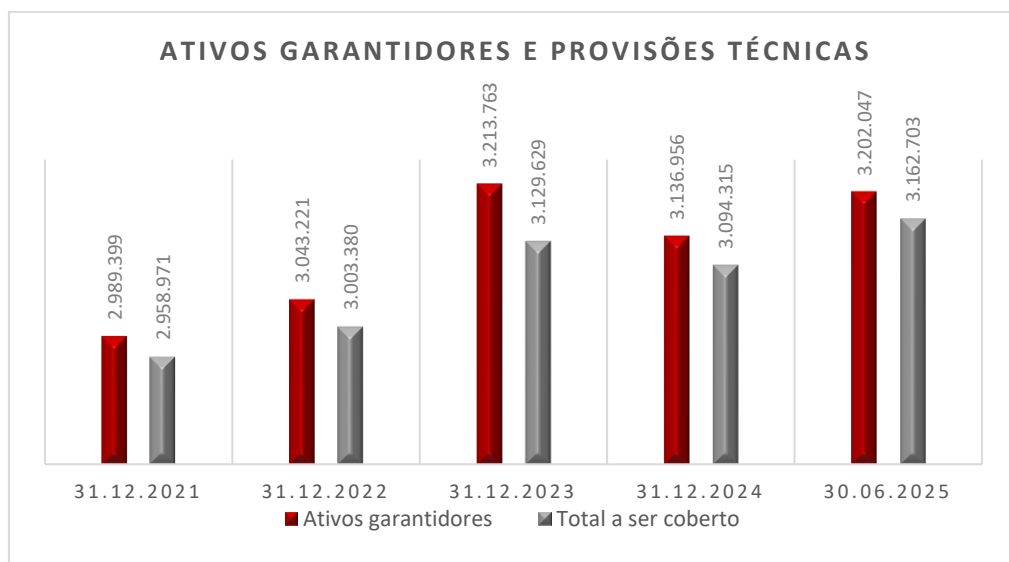
As despesas administrativas totalizaram R\$ 7,4 milhões, no semestre de 2025, o que representa uma redução de 14,1% em relação ao ano anterior, decorrente de redução de custos com terceiros.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou no primeiro semestre uma despesa de (R\$ 11,6) milhões, o que representa uma piora de R\$ 21,9 milhões em relação ao semestre do ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo aumento nas despesas com atualização monetária, decorrentes da Provisão de Excedente Financeiro - PEF.

Resultado do semestre

O resultado totalizou no ano de 2025 um prejuízo de (R\$ 5,2) milhões, piora de R\$ 22,4 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação decorre, principalmente, pela piora do resultado financeiro e maior sinistralidade.



Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os acionistas da MAPFRE Previdência S.A., em cada semestre, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de investimentos, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

Sustentabilidade

Para contribuir com um futuro mais sustentável, a MAPFRE procura adotar práticas que auxiliem na preservação do meio ambiente e assegurem a resiliência de seus negócios. Também buscamos ampliar a oferta de seguros mais inclusivos, promovendo sua acessibilidade entre os públicos mais vulneráveis e ampliando sua abrangência com produtos focados na longevidade.

Para isso, contamos com o Plano de Sustentabilidade 2024-2026, que nos permite integrar os aspectos Ambiental, Social e Governança- ASG ao negócio, com metas para gestão da pegada ambiental, promoção da economia circular, desenvolvimento de políticas inclusivas, aumento da acessibilidade aos seguros, atenção à pegada social e gestão de produtos, investimentos e subscrição comprometida com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável- ODS.

O grande destaque do primeiro semestre de 2025 foi o lançamento do Floresta MAPFRE, uma iniciativa ambiental emblemática que vai contribuir para a meta global da MAPFRE, de alcançar a neutralidade em carbono em suas operações até 2030. Com o plantio de 42 mil mudas de árvores nativas da Mata Atlântica, numa área de quase 30 hectares, dentro do Parque Estadual Carlos Botelho, em São Paulo, teremos a captura de 5 mil toneladas de CO₂, que permitirão à MAPFRE compensar integralmente suas emissões em 2028.

Também demos continuidade aos projetos MAPFRE na Favela, com a oferta de três produtos de seguros de impacto social para o empreendedor de baixa renda que reside em favela, e MAPFRE Sênior, que contribui para a melhoria da qualidade de vida dos idosos com a oferta de produtos, serviços e soluções desenvolvidos para atender às necessidades específicas desse público. Com esses projetos, reafirmamos nosso papel como agente transformador da sociedade, promovendo a acessibilidade ao seguro e garantindo a inclusão de todos os públicos.

FUNDACIÓN MAPFRE

A *Fundación* MAPFRE trabalha ativamente no Brasil para melhorar a qualidade de vida das pessoas e contribuir para o progresso social, com a realização de atividades nas áreas de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguro e Previdência Social e Ação Social.

Um dos focos do nosso trabalho está no estabelecimento de parcerias públicas com Secretarias de Educação, Saúde e Segurança Pública, Prefeituras e Departamentos Estaduais de Trânsito – fundamentais para que possamos atingir um número cada vez maior de pessoas em diferentes localidades.

No primeiro semestre de 2025, a *Fundación* MAPFRE completou 50 anos de atividades na Espanha, com uma trajetória marcada por desafios sociais, conquistas e superação. No Brasil, os programas desenvolvidos no período beneficiaram mais de 324 mil pessoas de forma presencial e geraram um impacto superior a 3,7 milhões no ambiente digital, por meio de conteúdos educativos disponibilizados em plataformas digitais e redes sociais, contribuindo para o bem-estar da sociedade, para a prevenção e redução de sinistros no trânsito, para o acesso à informação, para o incentivo à inovação e à pesquisa e para ampliar a diversidade cultural.

Controles internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável.

Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações, e com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, e alterações, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos empregados e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutário para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação

Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada à nova Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos motiva a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 28 de agosto de 2025.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da

MAPFRE Previdência S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da **MAPFRE Previdência S.A.** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MAPFRE Previdência S.A.** em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, conforme aplicável a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração das provisões técnicas (PEF e PCC) e avaliação do teste de adequação de passivos (TAP)

Veja as Notas nºs 3(j), 3(k), 3(l) e 14 das demonstrações financeiras intermediárias

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia mantém as seguintes provisões técnicas relacionadas aos contratos de previdência complementar: provisão de excedente financeiro (PEF) e provisão complementar de cobertura (PCC), sendo esta última constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado pelo teste de adequação de passivos (TAP). Na mensuração das referidas provisões técnicas, e na realização do teste de adequação de passivos (TAP), a Companhia utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, tábua de mortalidade, longevidade, nível de resgate dos planos de previdência complementar, taxas de desconto e de juros. Em razão da representatividade dos saldos dessas provisões técnicas e do julgamento envolvido na definição do teste de adequação de passivos (TAP), consideramos a mensuração dessas provisões técnicas e a mensuração do TAP como um principal assunto de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de monitoramento e aprovação da provisão complementar de cobertura (PCC) e do teste de adequação de passivos. (ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram: - na avaliação das metodologias e das premissas, tais como longevidade, nível de resgate dos planos de previdência complementar, taxas de desconto e de juros, utilizadas na mensuração da PCC e na realização do teste de adequação de passivos (TAP), com base em premissas derivadas das próprias informações históricas da Companhia; - na avaliação da necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura, para os planos em fase de acumulação, por meio da razoabilidade das premissas, citadas no item anterior, e comparação do resultado dos fluxos de caixa calculados no TAP com os montantes totais das provisões técnicas registrados na data-base; e - no recálculo da PCC para os planos em fase de concessão de benefícios, por meio de utilização de métodos atuariais e ferramenta estatística. (iii) testes de precisão e integridade das bases de dados de prêmios emitidos, contribuições recebidas e benefícios e resgates pagos, utilizadas para mensuração da provisão complementar de cobertura, conforme aplicável, incluindo o confronto destas bases com as bases analíticas suporte aos registros contábeis. (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas na realização do teste de adequação dos passivos, na mensuração da provisão complementar de cobertura e na provisão de excedente financeiro, como valores das contribuições e prêmios, benefícios e resgates, incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável, tipo de plano, data de registro, data de nascimento do participante, data de vigência, valor da cota dos fundos de investimento, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suportes;

	(v) recálculo, com base em amostragem, da provisão de excedente financeiro; e (vi) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideram as informações relevantes.
--	---

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

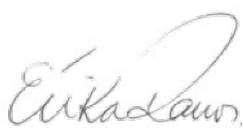
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de agosto de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Érika Carvalho Ramos

Contadora CRC 1SP224130/O-0

MAPFRE Previdência S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2025 e 31 dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Circulante		2.582.085	2.533.354
Disponível	5	50	38
Caixa e bancos		50	38
Equivalentes de caixa	5	107	72
Aplicações	6	2.555.266	2.505.732
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.874	4.395
Operações com resseguradoras		1.874	4.395
Créditos das operações com previdência complementar		415	421
Valores a receber		415	421
Outros créditos operacionais	7	4.311	4.483
Ativos de resseguro	8	3.614	2.634
Títulos e créditos a receber		5.366	3.921
Títulos e créditos a receber		1.544	1.153
Créditos tributários e previdenciários	20b	3.326	2.432
Outros créditos		496	336
Outros valores e bens		6	6
Outros valores		6	6
Despesas antecipadas		65	46
Custos de aquisição diferidos	9	11.011	11.606
Seguros		10.666	11.208
Previdência		345	398
Ativo não circulante		724.976	710.313
Realizável a longo prazo		724.266	709.579
Aplicações	6	646.781	631.224
Outros créditos operacionais	7	23.734	20.990
Ativos de resseguro	8	3.055	2.833
Títulos e créditos a receber		32.624	35.300
Créditos tributários e previdenciários	20b	29.798	32.555
Depósitos judiciais e fiscais	17	2.826	2.745
Custos de aquisição diferidos	9	18.072	19.232
Seguros		17.581	18.583
Previdência		491	649
Investimentos		459	440
Participações societárias		459	440
Imobilizado		230	267
Bens móveis		230	267
Intangível		21	27
Outros intangíveis		21	27
Total do ativo		3.307.061	3.243.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

MAPFRE Previdência S.A.**Balancos patrimoniais**

Em 30 de junho de 2025 e 31 dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Circulante		158.692	172.550
Contas a pagar		5.412	9.275
Obrigações a pagar	10	1.567	5.611
Impostos e encargos sociais a recolher		1.969	1.956
Encargos trabalhistas		1.820	1.209
Impostos e contribuições	11	56	499
Débitos de operações com seguros e resseguros		8.824	8.404
Operações com resseguradoras	8	7.110	6.873
Corretores de seguros e resseguros	12	1.714	1.531
Débitos de operações com previdência complementar		-	931
Contribuições a restituir		-	931
Depósitos de terceiros	13	127	663
Provisões técnicas - seguros	14	73.751	82.606
Vida com cobertura por sobrevivência		73.751	82.606
Provisões técnicas - previdência complementar	14	70.578	70.671
Planos não bloqueados		12.532	12.370
PGBL		58.046	58.301
Passivo não circulante		3.025.675	2.947.341
Provisões técnicas - seguros	14	1.476.119	1.426.409
Vida com cobertura por sobrevivência		1.476.119	1.426.409
Provisões técnicas - previdência complementar	14	1.549.111	1.520.411
Planos não bloqueados		242.695	258.998
PGBL		1.306.416	1.261.413
Outros débitos		445	521
Provisões judiciais	17	445	521
Patrimônio líquido	18	122.694	123.776
Capital social		196.274	196.274
Ajuste de avaliação patrimonial		(44.699)	(48.832)
Prejuízos acumulados		(28.881)	(23.666)
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.307.061	3.243.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

MAPFRE Previdência S.A.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	30/06/2025	30/06/2024
Rendas de contribuições e prêmios	19b	87.757	79.977
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder		(86.622)	(74.266)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		1.135	5.711
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas		15.029	15.569
(+/-) Variação de outras provisões técnicas		(3.193)	4.358
(-) Benefícios retidos	19d	(129)	37
(-) Custos de aquisição	19e	(3.426)	(3.771)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	19f	3.445	(2.683)
(+) Prêmios emitidos	19c	35.485	37.366
(+) Contribuições para cobertura de riscos	19c	2.956	2.680
(+/-) Variações de provisões técnicas de prêmios	19c	(15.248)	(20.475)
(=) Prêmios ganhos	19a/c	23.193	19.571
(-) Sinistros ocorridos	19d	(5.226)	(4.118)
(-) Custos de aquisição	19e	(6.102)	(7.037)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	19f	2.670	3.287
(+/-) Resultado com resseguro	19g	(10.131)	(11.669)
(+) Receitas com resseguro		3.920	1.864
(-) Despesas com resseguro		(14.051)	(13.533)
(-) Despesas administrativas	19h	(7.352)	(8.556)
(-) Despesas com tributos	19i	(3.215)	(3.759)
(+) Resultado financeiro	19j	(11.641)	10.340
(+) Resultado patrimonial	20	20	19
(=) Resultado operacional		(4.923)	17.299
(=) Resultado antes dos impostos e participações		(4.923)	17.299
(-) Imposto de renda	20a	-	-
(-) Contribuição social sobre o lucro líquido	20a	-	-
(-) Participações sobre o resultado		(292)	(77)
(=) Prejuízo líquido/ Lucro líquido do semestre		(5.215)	17.222
(/) Quantidade de ações		715.368	715.368
(=) Prejuízo líquido/Lucro líquido por ação		(7,29)	24,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

MAPFRE Previdência S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	30/06/2025	30/06/2024
(Prejuízo)/lucro líquido do semestre	(5.215)	17.222
Itens que podem ser reclassificados subsequentemente para o resultado		
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários	5.549	(28.993)
Variação no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	9.133	(49.117)
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	114	477
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre o valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(3.698)	19.647
Outros resultados abrangentes	(1.416)	35.817
Variação da taxa de juros da provisão complementar de cobertura	(2.359)	59.695
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre os demais ajustes patrimoniais	943	(23.878)
Resultado abrangente do semestre, líquido dos impostos	(1.082)	24.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

MAPFRE Previdência S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	196.274	(33.822)	(4.808)	157.644
Adoção inicial Circular 678/2022 (vide nota 2f)	-	31.657	(53.331)	(21.674)
Variação líquida de outros resultados abrangentes	-	(29.470)	-	(29.470)
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	-	187	-	187
Variação da taxa de juros da provisão complementar de cobertura	-	4.160	-	4.160
Lucro do semestre	-	-	17.222	17.222
Saldo em 30 de junho de 2024	196.274	(27.288)	(40.917)	128.069
 Saldo em 1º de janeiro de 2025	 196.274	 (48.832)	 (23.666)	 123.776
Variação líquida de outros resultados abrangentes	-	5.480	-	5.480
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	-	69	-	69
Variação da taxa de juros da provisão complementar de cobertura	-	(1.416)	-	(1.416)
Prejuízo do semestre	-	-	(5.215)	(5.215)
Saldo em 30 de junho de 2025	196.274	(44.699)	(28.881)	122.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

MAPFRE Previdência S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	30/06/2025	30/06/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre	(5.215)	17.222
Ajustes para	399.519	286.571
Depreciação e amortização	43	45
Variação das provisões técnicas - seguros e previdência complementar	401.606	286.671
Variação das provisões técnicas ativos de resseguro	(4.169)	(2.174)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	301	(25)
Custos de aquisição diferidos	1.755	2.510
Tributos diferidos	47	(193)
Variação das provisões judiciais	(45)	(245)
Outros ajustes	(19)	(18)
Variação nas contas patrimoniais	(393.115)	(301.587)
Aplicações	(55.729)	12.321
Créditos das operações de seguros e resseguros	2.521	230
Créditos das operações com previdência complementar	6	7
Ativos de resseguro – provisões técnicas	2.967	5.179
Títulos e créditos a receber	(391)	485
Créditos tributários e previdenciários	(939)	(2.084)
Despesas antecipadas	(19)	(79)
Depósitos judiciais e fiscais	(81)	(924)
Outros ativos	(3.147)	1.972
Obrigações a pagar	(4.045)	(580)
Impostos e contribuições	699	(621)
Débitos de operações com seguros e resseguros	420	427
Débitos de operações com previdência complementar	(931)	31
Depósitos de terceiros	(536)	(212)
Provisões técnicas - seguros e previdência complementar	(334.503)	(319.556)
Provisões judiciais	(31)	-
Outros passivos	624	1.815
Caixa gerado pelas operações	1.189	2.206
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(712)	(1.266)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(430)	(785)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	47	155
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	47	155
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	110	113
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	157	268

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

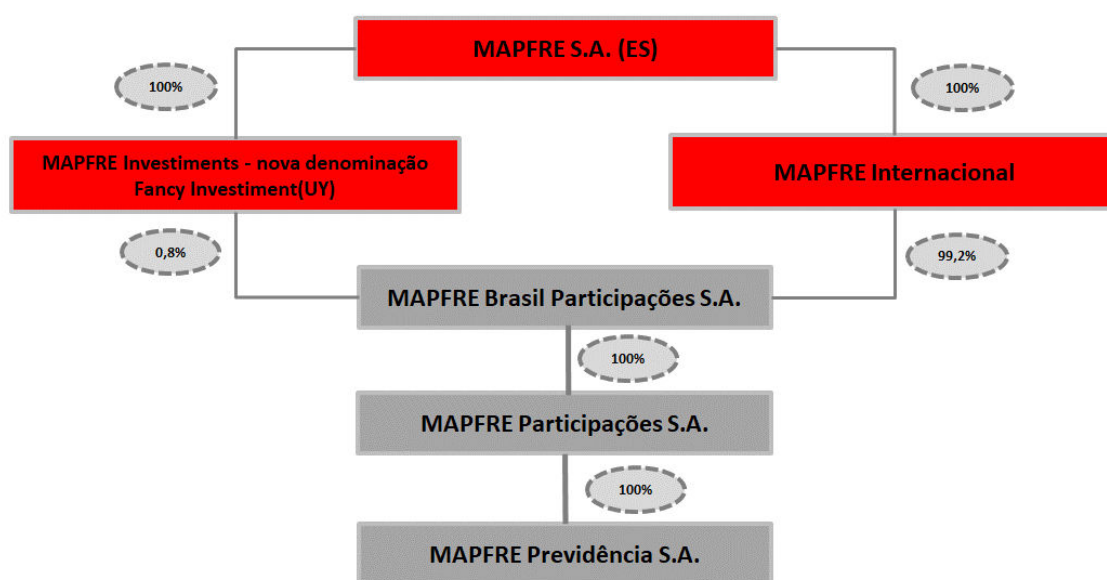
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Previdência S.A., doravante denominada por “Companhia”, é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP a operar nas atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência, em todo o território nacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e cadastrada no CNPJ nº 04.046.576/0001-40.

A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. O controlador direto da Companhia é a MAPFRE Participações S.A., e o controlador em última instância é a MAPFRE S.A. (ES).

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE.

Em 30 de junho de 2025, o GRUPO apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

a) Base de preparação

Em consonância com a Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em conformidade com os modelos de

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 – Demonstração Intermediária.

Essas Demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de agosto de 2025.

b) Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A moeda funcional da Companhia é o Real.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com os pronunciamentos do CPC, referendados pela SUSEP, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas para a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias Intermediárias; e *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

- Notas 3f - Classificação dos contratos de seguro;
- Notas 3a e 6 - Aplicações;
- Notas 3j, 3l e 14 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; e
- Notas 3m e 17 - Provisões judiciais.

e) Segregação entre Circulante e Não Circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data base.

Os fundos de investimentos especialmente constituídos de PGBL/VGBL são na sua totalidade para garantia das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder de PGBL/VGBL, não existindo descasamentos no fluxo de caixa. Em função de os títulos estarem classificados na categoria do valor justo por meio do resultado, os mesmos são classificados no ativo circulante e são apresentados considerando a mesma expectativa

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

de liquidação dos passivos correspondentes, sem vencimento.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos são classificados como não circulantes.

A segregação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC entre circulante e não circulante é realizada utilizando o fluxo de pagamentos previsto no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

f) Novas normas e interpretações

- Lei nº 15.079/2024 - publicada em 30 de dezembro de 2024, institui o adicional da CSLL no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE). As regras são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025, com o primeiro recolhimento a ser feito em 2026, quando a carga tributária efetiva sobre lucro for inferior a 15%.

A Lei estabelece os parâmetros da “Qualified Domestic Minimum Top-up Tax” (QDMTT), que prioriza o país de origem dos lucros na aplicação da tributação mínima sobre a renda. O objetivo é assegurar que o País receba arrecadação tributária mínima condizente com os lucros por ela auferidos, evitando-se assim o deslocamento da base tributária entre países (DLL).

A consolidadora responsável por monitorar o Pilar 2 é MAPFRE S.A., entidade investidora final das demonstrações financeiras. Os estudos elaborados até a presente data não identificaram impactos de carga tributária sobre o lucro consolidado no Brasil inferior a marca dos 15% estabelecido.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS MATERIAIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias e com risco insignificante de mudança de seu valor e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Ativos financeiros

São classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos, mediante à avaliação se o ativo apresenta

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

características de pagamento apenas de principal e juros, também conhecido como teste de *SPPI (Solely Payment of Principal and Interest)*.

Os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) mensurados a custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os principais ativos financeiros da Companhia são títulos públicos e fundos exclusivos de investimentos.

i. Mensuradas a custo amortizado

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que atendam ambas as condições a seguir e que não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo (a) mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e, (b) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros *SPPI (Solely Payment of Principal and Interest)*.

ii. Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Compreende os ativos financeiros que atendam ao critério do teste *SPPI (Solely Payment of Principal and Interest)*, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

Os ativos contabilizados como VJORA devem ser registrados ao valor justo no balanço patrimonial. Os juros calculados pela taxa efetiva são registrados no resultado e a variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é registrada contra o patrimônio líquido, na conta “Ajustes com títulos e valores mobiliários”, sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (“*impairment*”).

iii. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

São classificados nessa categoria os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As cotas de investimentos, por serem um ativo que naturalmente não atende os critérios de *SPPI (Solely Payment of Principal and Interest)*, são classificados como VJR.

c) Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros

Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros (imparidade), o CPC 48 – Instrumentos Financeiros considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito (ou seja, valor presente de todos os *déficits* de caixa) ao longo da vida esperada do ativo financeiro.

O *déficit* de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber. Como as perdas de crédito

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

esperadas consideram o valor e a época dos pagamentos, a perda de crédito pode ocorrer pelo aumento da aversão ao risco ou *default*, mesmo se a entidade espera ser paga integralmente, mas depois do vencimento estipulado pelo contrato.

A provisão para perdas de crédito de um ativo financeiro é mensurada com base nas perdas esperadas para os próximos 12 (doze) meses. No entanto, se na data do balanço o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, a provisão para perdas baseia-se em perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato.

Uma vez que é identificada uma evidência objetiva de desvalorização, a Companhia utiliza o método da perda esperada com dados específicos de cada *ISIN (International Securities Identification Number)* das carteiras da empresa. O cálculo é realizado para os ativos financeiros classificados nas categorias contábeis valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e custo amortizado.

ii. Operações de resseguros

A Companhia reconhece uma Redução ao Valor Recuperável (RVR) de ativos cujas contrapartes são resseguradores mediante estudo interno. O estudo técnico considera a estimativa da necessidade da redução ao valor recuperável (RVR) a ser constituída sobre os ativos sujeitos ao risco de contraparte (ativo de resseguro de PPNG, ativo de resseguro de sinistros e créditos com resseguradores a recuperar), com base no histórico de no mínimo 5 anos de perdas com os resseguradores, bem como em informações de mercado que forneçam probabilidades de perda em função do *rating* da contraparte.

iii. Ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

d) Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas de 10% a 20%.

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

e) Intangível

Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de *softwares*, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica.

As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas.

A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas de 10% a 20%.

f) Classificação dos contratos de seguros

A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa.

g) Mensuração dos contratos de seguros e das receitas relacionadas aos contratos de seguros

Os prêmios de seguros e os custos de aquisição diferidos são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tenha início de vigência antes da emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, em bases lineares, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As rendas com taxa de gestão são estabelecidas contratualmente e apropriadas ao resultado pelo regime de competência, obedecendo à data de fechamento do patrimônio líquido do fundo.

h) Resseguro

É a operação pela qual a Companhia transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Companhia objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados.

Os prêmios de resseguro relativos aos contratos da modalidade “proporcional” são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros.

Os prêmios relativos aos contratos da modalidade “não proporcional” são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro.

As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos e caso a caso nos contratos facultativos.

Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, esses ativos são ajustados ao seu valor recuperável, levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3c *ii*.

Os valores a receber e a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

i) Custos de aquisição diferidos

São compostos substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de contratos de previdência e apólices de seguros total misto, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "*pro-rata-die*" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 60 (sessenta) meses para planos totais e 74 (setenta e quatro) meses para planos de previdência.

j) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Vida individual e total misto

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC é constituída para os produtos estruturados em regime financeiro de capitalização, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente.

A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, incluindo atualizações monetárias. Nessa provisão técnica encontram-se também os valores estimados referentes às ações judiciais.

O ajuste de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados - IBNeR considera o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. É calculado com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, que prevê a construção de triângulo mensal com experiência dos últimos 60 (sessenta) meses, considerando o intervalo entre a data de ocorrência e a data base de referência.

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa, calculada de acordo com a experiência histórica pelo Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados e metodologia prevista em nota técnica atuarial, que prevê a construção de triângulo mensal com experiência dos últimos 60 (sessenta) meses, considerando o intervalo entre a data de ocorrência e a data de aviso do sinistro.

A Provisão de Excedentes Financeiros - PEF é constituída para os contratos que possuem cláusula de participação de excedentes financeiros e corresponde a uma parcela do rendimento financeiro que excede a rentabilidade mínima garantida dos planos.

A Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura - PDC é calculada com base na metodologia prevista em nota técnica atuarial e constituída para a cobertura das despesas marginais diretamente relacionadas aos pagamentos de indenizações, benefícios e resgates relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de capitalização; e pagamento de benefícios relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de repartição de capitais de cobertura após a ocorrência de sinistro.

A Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples - PDR é calculada com base na metodologia prevista em nota técnica atuarial e constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar das despesas diretamente relacionadas a sinistros ocorridos relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de repartição simples, considerando também despesa relacionada à sindicância.

A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, às portabilidades a regularizar, aos prêmios recebidos e não cotizados, às rendas vencidas e aos benefícios a regularizar relativos a coberturas por sobrevivência.

Previdência complementar aberta, seguros de vida com cobertura por sobrevivência

As Provisões Matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas, segundo regras previstas em nota técnica atuarial.

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBaC vinculada aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência - VGBL e aos planos de previdência da modalidade gerador de benefícios livres - PGBL representa o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em Fundo de Investimentos Especialmente Constituídos - FIE.

Para os planos previdenciários tradicionais, estruturados em regime financeiro de capitalização, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC é constituída enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente.

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC representa o valor atual dos compromissos da Companhia para com o assistido durante o período de pagamento de benefícios, sob a forma de renda, considerando a opção de renda e juros garantidos determinados no contrato de concessão, e sobrevida do assistido a cada data base do cálculo.

A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, incluindo atualizações monetárias. Nessa provisão técnica encontram-se também os valores estimados referentes às ações judiciais.

O ajuste de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados - IBNeR considera o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. É calculado com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, que prevê a construção de triângulo mensal com experiência dos últimos 60 (sessenta) meses, considerando o intervalo entre a data de ocorrência e a data base de referência.

A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa, calculada de acordo com a experiência histórica pelo Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados e metodologia prevista em nota técnica atuarial, que prevê a construção de triângulo mensal com experiência dos últimos 60 (sessenta) meses, considerando o intervalo entre a data de ocorrência e a data de aviso do sinistro.

A Provisão de Excedentes Financeiros - PEF é constituída para os contratos que possuem cláusula de participação de excedentes financeiros e corresponde a uma parcela do rendimento financeiro que excede a rentabilidade mínima garantida dos planos.

A Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura - PDC é calculada com base na metodologia prevista em nota técnica atuarial e constituída para a cobertura das despesas marginais diretamente relacionadas aos pagamentos de indenizações, benefícios e resgates relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de capitalização; e pagamento de benefícios relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de repartição de capitais de cobertura após a ocorrência de sinistro.

A Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples - PDR é calculada com base na metodologia prevista em nota técnica atuarial e constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar das despesas diretamente relacionadas a sinistros ocorridos relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de repartição simples, considerando também despesa relacionada à sindicância.

A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, às portabilidades a regularizar, aos prêmios recebidos e não cotizados, às rendas vencidas e aos benefícios a regularizar relativos a coberturas por sobrevivência.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG constituída para as operações estruturadas no regime financeiro de Repartição Simples ou Repartição de Capitais de Cobertura,

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

mensalmente, abrangendo os riscos assumidos e emitidos e os riscos vigentes e não emitidos.

A Provisão Complementar de Cobertura - PCC refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas e será constituída quando for constatada insuficiência no Teste de Adequação de Passivos - TAP, de acordo com o item 3l desta nota.

k) Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos comercializados:

Produto	Tábua	Taxa de juros	Taxa de carregamento
Individual PGBL/VGBL	BR-EMSsb (male/female)	1,50% a.a.	0% a 6%
Individual PGBL/VGBL	BR-EMSsb (male/female)	0% a.a.	0%
Empresarial PGBL/VGBL	BR-EMSsb (male/female)	0% a.a.	0%

l) Teste de Adequação dos Passivos - TAP

A Companhia elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro e a Resolução CNSP nº 432/2021 e Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações, ambas de 12 de novembro de 2021, a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

As projeções de fluxos de caixa dos contratos e certificados de riscos de sobrevivência assumidos pela companhia de acordo com características do plano, até a data-base de cálculo estão agrupadas de acordo com produto, tipo de cobertura/renda, tábua de mortalidade do plano, taxa de juros do plano, indexador do plano, percentual de excedente financeiro, forma de pagamento do excedente financeiro, ano de nascimento do participante, ano de entrada no plano, ano de término do diferimento. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP (ETTJ).

Na apuração das premissas para as projeções dos fluxos de caixas, foram consideradas as melhores estimativas da série histórica em diversos períodos, compreendidos entre o último mês e até os últimos 5 anos de análise por grupos de contratos. O teste foi elaborado por grupo de contrato, bruto de resseguro e as principais premissas utilizadas para o grupo FGB/PGBL/VGBL foram taxa de conversão em renda de 2,70% e taxa de resgate de 97,30% e para o grupo dotal misto a taxa de resgate de 100%. Também foram consideradas as premissas abaixo:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	Cupons de IPCA, IGP-M, TR - (ETTJ SUSEP)
Tábua de mortalidade	BR-EMS
Taxa de juros contratada para passivos	0%, 2%, 3%, 4%, 5% e 6%
Taxa de juros esperada para os ativos	Cupons de IPCA, IGP-M e TR

De acordo com a Legislação Vigente, não podemos efetuar compensações entre fluxos relacionados a diferentes provisões, e com essa impossibilidade de compensação, o Grupo Produtos/Planos PMBC apresentou uma necessidade de Provisão Complementar de Cobertura no montante de R\$ 6.415 (R\$ 1.003 em 31 de dezembro de 2024), e para a

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

PMBAC não houve necessidade de Provisão Complementar de Cobertura, como demonstrado a seguir:

Grupo de contrato	Resultado TAP (PMBaC)		Resultado TAP (PMBC)		Resultado TAP (PPNG)	
	Registrado	Não registrado	Registrado	Não registrado	Registrado	Não registrado
Total misto	70.543	-	-	-	-	-
FGB/PGBL/VGBL	6.634	28.358	(6.415)	-	9	-
PCC contabilizada	-	-	(6.415)	-	-	-

Conforme facultado na Circular SUSEP nº 678/2022, 10 de outubro de 2022, a Companhia adotou como política contábil, aprovada pelo Conselho de Administração, a alocação da variação da PCC em decorrência de alteração na Taxa de Juros (ETTJ) no Patrimônio líquido, no montante de R\$ 10.611 (credor) (R\$ 6.367 líquida dos efeitos tributários), (R\$ 12.970 (credor) (R\$ 7.782, líquida dos efeitos tributários) em 31 de dezembro de 2024) Sendo que a variação da PCC, originária do risco de seguro, foi registrada contra o resultado do semestre no montante bruto de R\$ 3.053. (devedor) (R\$ 5.258. (credor) em 31 de dezembro de 2024), na rubrica variação de outras provisões técnicas.

m) Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, desde que a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda, que levam em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando a certeza do ganho e seu custo ou o valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

n) Benefícios aos empregados*i. Obrigações de curto prazo*

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional, são oferecidos aos empregados e Administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

ii. Obrigações com aposentadorias

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário-base de contribuição do participante. A Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados.

iii. Outros benefícios pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa, calculados e provisionados no valor de R\$ 21 (R\$ 21 em 31 de dezembro de 2024).

o) Outras receitas e despesas operacionais

Compreendem, substancialmente contratos de previdência e receitas com resgates que são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo os ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes), ganhos na alienação de ativos mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem a atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), reconhecidas nos ativos financeiros.

p) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 120 mil no semestre e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O tributo corrente é o imposto a pagar sobre a base tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e somado ou diminuído de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores.

O tributo diferido ativo é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do tributo corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros.

O tributo diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização desses ativos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e se forem relacionados com o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

q) Participações nos lucros

A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último período, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Gestão de capital.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da MAPFRE estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de 3 (três) linhas de defesa, envolvendo todo o Grupo MAPFRE Brasil, incluindo as empresas do conglomerado como a MAPFRE RE (SCI e EGR unificado), estabelecendo:

a) Primeira linha: composta por empregados, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para gerir os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos.

b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos.

c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos.

A Gestão de Riscos no Grupo MAPFRE Brasil se divide em Gestão de Riscos Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de riscos, vigilância e notificação de exposição a riscos.

A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk - VaR*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos.

A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhorias sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos a tempo.

Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

negócios, a Companhia investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de Disseminação de Cultura de Riscos e Controles.

Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes Órgãos de Governança:

- **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no País, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao Conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente;
- **Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras intermediárias, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolve e executa, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da MAPFRE S.A.;
- **Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as companhias da MAPFRE Brasil no que diz respeito à alocação dos investimentos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e, além de assessorá-la no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; e
- **Comissão de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuariais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE.

O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte.

Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a qualidade e continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações,

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo.

O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Risco de subscrição

Refere-se à possibilidade de perdas decorrentes do uso inadequado de metodologias ou premissas atuariais, incluindo falhas na especificação técnica do produto e nas condições de aceitação e precificação. Abrange os riscos de aceitação, cancelamento, longevidade, mortalidade, morbidade e desenho de produtos. Para controlá-lo, a Companhia segue as normas de subscrição de riscos, realiza acompanhamentos periódicos para evitar desvios, desenvolve produtos adequados à atual conjuntura, mantém contratos de resseguro para cobertura de eventos extremos de invalidez e morte, reavalia as provisões técnicas no mínimo anualmente e realiza testes de consistências e recálculos atuariais, para avaliar sua adequação técnico-operacional.

O GRUPO MAPFRE define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro.

O GRUPO MAPFRE utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com a transferência integral desses riscos à resseguradora MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A., pertencente ao mesmo grupo econômico, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos sejam minimizados.

Concentração de riscos

As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada no valor de contribuições/prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Bruto de resseguro							30/06/2025	
Região geográfica	VIDA/VGBL	%	PGBL	%	FGB-Tradiciona	%	TOTAL	%
Centro Oeste	8	0%	916	3%	61	2%	985	1%
Nordeste	30	0%	3.243	9%	276	8%	3.549	3%
Norte	5	0%	419	1%	63	2%	487	0%
Sudeste	83.733	96%	27.309	77%	2.650	79%	113.692	90%
Sul	3.720	4%	3.477	10%	288	9%	7.485	6%
Total	87.496	100%	35.364	100%	3.338	100%	126.198	100%

Líquido de resseguro							30/06/2025	
Região geográfica	VIDA/VGBL	%	PGBL	%	FGB-Tradiciona	%	TOTAL	%
Centro Oeste	7	0%	916	3%	53	2%	976	1%
Nordeste	26	0%	3.243	9%	246	11%	3.515	3%
Norte	4	0%	419	1%	60	3%	483	0%
Sudeste	71.187	96%	27.309	77%	1.685	74%	100.181	90%
Sul	3.163	4%	3.477	10%	224	10%	6.864	6%
Total	74.387	100%	35.364	100%	2.268	100%	112.019	100%

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

Bruto de resseguro							30/06/2024	
Região geográfica	VIDA/VGBL	%	PGBL	%	FGB-Tradicional	%	TOTAL	%
Centro Oeste	20	0%	1.157	3%	56	2%	1.233	1%
Nordeste	33	0%	3.836	11%	270	9%	4.139	3%
Norte	20	0%	431	1%	143	5%	594	0%
Sudeste	77.753	95%	26.557	76%	2.352	76%	106.662	90%
Sul	4.006	5%	3.133	9%	256	8%	7.395	6%
Total	81.832	100%	35.114	100%	3.077	100%	120.023	100%

Líquido de resseguro							30/06/2024	
Região geográfica	VIDA/VGBL	%	PGBL	%	FGB-Tradicional	%	TOTAL	%
Centro Oeste	18	0%	1.157	3%	45	2%	1.220	1%
Nordeste	30	0%	3.836	11%	231	12%	4.097	4%
Norte	18	0%	431	1%	137	7%	586	1%
Sudeste	65.634	95%	26.557	76%	1.360	69%	93.551	88%
Sul	3.587	5%	3.133	9%	187	10%	6.907	6%
Total	69.287	100%	35.114	100%	1.960	100%	106.361	100%

Sensibilidade do risco de subscrição

O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço.

As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes.

Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram considerados os comportamentos das carteiras diante de três cenários de estresse:

- Taxa de juros:** Simulamos redução de 10% na taxa de juros, de acordo com trabalho de *Embedded Value* reportado à Espanha, pois a carteira de previdência possui produtos com garantias de rentabilidades predefinidas.
- Taxa de mortalidade:** simulamos redução de 10% na taxa de mortalidade do risco de sobrevivência o que causa aumento da expectativa de vida, com base em estudo da carteira e em linha com trabalho de *Embedded Value* reportado à Espanha.
- Taxa de conversão em renda:** Simulamos aumento de 10% na taxa de conversão em renda, e consequente redução de resgate/cancelamentos, com base em estudo da carteira e em linha com trabalho de *Embedded Value* reportado à Espanha.

Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Sensibilidade	Impacto patrimônio líquido/resultado (Bruto de impostos)
	30/06/2025
Alteração das principais premissas das provisões técnicas	Bruto de resseguro
Redução de 10% a.a. na ETTJ	10.278
Redução de 10% na taxa de mortalidade	6.678
Aumento de 10% na taxa de conversão em renda e resgate	(4.506)

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, é realizado tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Exposição ao risco de crédito de seguro

A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos à exposição são maiores, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

Em relação às operações de resseguro, a Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletida nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. A Companhia hoje opera somente com a resseguradora local MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. e para ela foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Compañía de Reaseguros S.A.

Os prêmios de resseguros no montante de R\$ 14.051 (R\$ 27.366 em 31 de dezembro de 2024) possuem a classificação de *rating* A.

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*.

Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos.

Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas.

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas por meio de política e norma interna.

Gerenciamento do risco de crédito

Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do GRUPO MAPFRE, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Riscos de Créditos e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados.

Para os fundos especialmente constituídos VGBL/PGBL, a gestão dos fundos é feita também pelo BNP *Paribas Asset Management* Brasil Ltda. e GAUSS Capital Gestora de Recursos Ltda.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos de renda fixa e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais e no caso dos outros títulos como ativos de crédito privado que tenham *rating* no mínimo A.

Para os *ratings* avaliados abaixo de “A-” estão garantidos pelo FGC - Fundo Garantidor de Créditos, entidade que administra a proteção aos investidores em depósitos ou créditos em instituições financeiras em caso de falência, intervenção ou liquidação.

As agências avaliadoras de riscos são *Standard & Poor’s*, *Fitch Ratings* e *Moody’s*, como demonstrado no quadro abaixo:

	30/06/2025						
Ativos financeiros – rating (*)	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A-	Sem rating
Títulos de renda fixa públicos (**)	2.289.453	-	-	-	-	-	-
Certificados de depósitos bancários - CDB	63.406	-	42.662	69.894	2.254	-	-
Debêntures	66.106	-	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	16.169	-	-	-	-	-	1.056
Letras financeiras - LF	347.986	42.736	9.802	63.718	43.963	9.320	-
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	-	52.536
Caixa/contas a pagar/receber	-	-	-	-	-	-	(3.928)
Total	2.783.120	42.736	52.464	133.612	46.217	9.320	49.664

	31/12/2024					
Ativos financeiros - rating (*)	AAA	AA+	A+	A-	Sem rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (**)	2.185.623	-	-	-	-	2.185.623
Certificados de depósitos bancários - CDB	167.697	-	-	-	-	167.697
Debêntures	71.881	-	-	-	-	71.881
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	-	-	99.042	72.481	2.020	173.543
Letras financeiras - LF	255.421	12.791	20.388	124.863	-	413.463
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	46.329	46.329
Caixa/contas a pagar/receber	-	-	-	-	(4.023)	(4.023)
Total	2.680.622	12.791	119.430	197.344	44.326	3.054.513

(*) Não contempla saldo de ações no montante de R\$ 84.914 (R\$ 82.443 em 31 de dezembro de 2024).

(**) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 338.444 (R\$ 287.590 em 31 de dezembro de 2024) com lastro em títulos públicos.

A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, tendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão,

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Risco de liquidez

A MAPFRE acompanha e faz a gestão do Risco de Liquidez, e desenvolveu metodologia própria baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela Companhia nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data base do cálculo.

Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento de receitas provenientes de prêmios e contribuições utilizadas nas projeções, considera os contratos e certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções do passivo, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator do risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir, com revisão periódica. E segregamos a suficiência de liquidez numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho.

As ações para o atingimento de cada faixa, seguem o estabelecido nos normativos internos.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de benefícios concedidos ou a conceder.

Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas.

A Circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022, e alterações, estabelece novo critério para o risco de liquidez, devendo cada Companhia desenvolver metodologia específica para cálculo, com implementação obrigatória a partir de dezembro de 2021.

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

A metodologia utilizada pela Companhia está baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas brutas de resseguro, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela companhia nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data base do cálculo.

Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento de receitas provenientes de prêmios e contribuições utilizadas nas projeções, consideram os contratos e certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções realizadas para Teste de Adequação dos Passivos, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator do risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir. Fator este com revisão periódica.

A suficiência de liquidez está segregada numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho.

As ações para o atingimento de cada faixa seguem o estabelecido nos normativos internos.

Nível - Risco de liquidez	
>= 100%	Cumprimento total
< 100% - 90%	Zona Verde
< 90% - 30%	Zona Amarela
< 30%	Zona Vermelha
Total a ser coberto PGBL/VGBL (nota 15) (a)	2.293.472
Ativos garantidores – PGBL/VGBL (nota 15) (b)	2.293.472
Total a ser coberto (nota 15) (a)	869.231
Ativos garantidores (nota 15) (b)	908.575
Fator de risco de liquidez (c)	3,65%
Risco de liquidez (d)=(a)*(c)	31.727
Verde	3.173
Amarelo	19.036
Vermelho	9.518
Provisão a cobrir + risco de liquidez (e)=(a)+(d)	900.958
Índice de liquidez (b)/(e)	1,01
Suficiência (b)-(e)	7.617
Classificação do nível de liquidez	Cumprimento total

A projeção dos passivos é realizada conforme premissas atuariais realistas e considera os fluxos de entradas e saídas brutas de cessão em resseguro, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela Companhia nos contratos e certificados dos planos comercializados.

O fluxo de caixa com o perfil do passivo aponta quais são os ativos disponíveis no mercado que melhor adequam à situação futura do passivo em termos de taxa, índice e volume financeiro. Sendo preferida a seleção de ativos e instrumentos financeiros de alta liquidez, que tenham vínculo com os indexadores dos Planos de Previdência ou que tenham algum grau de correlação ou que cubram os passivos identificados e que sejam elegíveis pela

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

política de investimentos vigente e sempre registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

Para cumprimento do ALM, a companhia possui ativos classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio dos resultados, que podem ser utilizadas de forma estratégica em situações que exigem liquidez em faixas específicas, contribuindo diretamente para a gestão eficiente do ALM da companhia.

	30/06/2025	
	Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)
Fluxo até 1 ano	180.497	178.049
Fluxo de 1 a 5 anos	336.414	222.897
Fluxo acima de 5 anos	401.283	330.636
Total	918.194	731.582

(*) O fluxo de ativos considera o caixa e as estimativas dos fluxos das aplicações financeiras, contribuições a vencer e operações com resseguradores. As aplicações classificadas nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia. Foram consideradas LFTs no valor de R\$ 13 milhões como ativos de liquidez imediata na composição do fluxo de ativos até 1 ano, para efeito de enquadramento do ALM.

(**) O fluxo de passivos considera projeções das provisões técnicas bruto de resseguro e os débitos das operações com previdência.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos.

A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos Ltda. com base em cenários de *stress*, *Duration* e com a metodologia de *Value at Risk - VaR* e *Macaulay Duration*.

O modelo de *VaR* é aplicado aos fundos de investimentos da Companhia, não foram considerados os fundos de PGBL e VGBL, utilizando-se de *VaR* paramétrico, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 (um) dia útil.

Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 (um) dia é de 996 (2.084 em 31 de dezembro de 2024) frente a um patrimônio de R\$ 908.575 (R\$ 883.086 em 31 de dezembro de 2024) contemplando as carteiras administradas e os fundos a valor justo, não sendo consideradas as aplicações referentes aos fundos especialmente constituídos PGBL/VGBL.

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às carteiras administradas e aos fundos dos quais mantém participação. O prazo médio apresentado é de 5,39 (5,55 em 31 de dezembro de 2024) está de acordo com as diretrizes do GRUPO MAPFRE, sendo revisado, anualmente, pelo Comitê de Investimentos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Sensibilidade à taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade, são considerados os seguintes fatores de risco: (i) Taxa de juros; e (ii) Cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da sua relevância nas posições ativas e passivas da Companhia.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

A Companhia não resgata antecipadamente os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, mesmo assim, os títulos classificados nessa categoria foram mantidos para cálculo da análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro considerado a valor justo de R\$ 3.202.047 (R\$ 3.136.956 em 31 de dezembro de 2024).

Fator de risco	Impacto no patrimônio líquido/resultados
	30/06/2025
Elevação da taxa de juros	(52.998)
Redução da taxa de juros	71.274

Parâmetros: 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes.

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A avaliação do Risco Operacional utiliza uma ferramenta que auxilia na autoavaliação de riscos operacionais e controles inerentes às operações de cada um dos processos, por meio desta ferramenta os riscos são avaliados com base na sua importância relativa, probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para mitigar cada risco exposto.

Gerenciamento do risco operacional

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais e contempla as seguintes atividades:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócios - PCN;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e
- Padrões éticos.

Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mapeamento de processos com a identificação de riscos e controles, os quais são geridos dentro de uma Matriz Única de Riscos e Controles que apresenta o retrato dos processos quanto aos principais riscos expostos e controles existentes.

Outro mecanismo de avaliação se reflete na avaliação de *Compliance* realizado para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas dos órgãos reguladores e instruções internas (políticas, normativos e procedimentos).

A Área de Gerenciamento de Riscos coordena o processo anual de Identificação de Riscos Materiais, a fim de identificar os riscos que a entidade pode enfrentar durante o período contemplado em seu plano de negócios, riscos que podem afetar significativamente o desempenho dos objetivos de classificação ou de capital regulatório.

Nessa identificação de riscos, tem como fator de sucesso a colaboração de executivos dentro da organização que possam antecipar ou dar sua opinião sobre a evolução dos riscos aos quais a entidade está exposta.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Com a publicação da Resolução CNSP nº 467/2024, de 25 de abril de 2024, as entidades devem implementar e manter Estrutura de Gestão de Riscos - EGR que considere, como mínimo, o foco nos seguintes riscos:

- Subscrição;
- Crédito;
- Mercado;
- Liquidez;
- Operacional; e
- Plano de Continuidade de Negócios.

Consideramos também, além dos riscos mencionados acima, os seguintes riscos:

- Cibernético;
- Conformidade;

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

- Estratégico;
- Legal;
- Tecnologia da Informação; e
- Ambiental, Social e Governança.

Foi constituído o Comitê de Riscos e implementadas Políticas de Controles Internos.

Limitações da análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Gestão de capital

No âmbito de Gestão de capital no médio e longo prazo, a Companhia deverá possuir, de maneira contínua, uma quantia de capital suficiente para cobrir o capital de solvência requerido, contemplando o valor adicional estabelecido pela Gestão de Risco, com a finalidade de impedir que os riscos inerentes à atividade afetem a sustentabilidade da Companhia.

A Companhia tem o Capital de Risco calculado considerando todas as premissas de requerimentos estabelecidos pela Governança e em atendimento aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado – PLA igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido - CMR, sendo equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco – CR calculado. Respeitando os níveis do PLA, para qualidade de cobertura do CMR, observando:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido (a)	122.694
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(459)
Despesas antecipadas	(65)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(18.216)
Ativos intangíveis	(21)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(29.083)
1. Ajustes contábeis (b)	(47.844)
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	46.620
PLA - Nível I	63.028
PLA - Nível II	46.620
PLA - Nível III	11.822
Subtotal PLA - Nível (d)	121.470
Limitador CMR - PLA Nível I	63.028
Limitador CMR - PLA Nível II	27.586
Limitador CMR - PLA Nível III	11.822
Subtotal PLA - Limitador (e)	102.436
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (f = e - d)	(19.034)
4. PLA (Total) = PL + ajustes contábeis+ ajustes econômicos + ajustes do excesso de nível II e III (g = a+b+c+f)	102.436
5. Capital Mínimo Requerido	
Capital base (CB)	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	78.817
Capital de risco de subscrição	68.210
Capital de risco de crédito	3.760
Capital de risco operacional	2.536
Capital de risco de mercado	16.925
Correlação entre os riscos	(12.614)
Capital mínimo requerido (h)	78.817
Suficiência de capital (i = g - h)	23.619
Suficiência de capital (i / h)	30,0%
Índice de solvência (j = g / h)	1,3

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	50	38
Equivalente de caixa	107	72
Total	157	110

6. APLICAÇÕES**a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico**

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos.

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

Títulos	Hierarquia a valor justo	Vencimento				Ativos				Total			
		Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ajuste ao valor justo	30/06/2025	%	31/12/2024	%
		(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(E)		(H)	
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		597.101	1.425.134	399.509	133.522	2.555.266	2.555.022	2.555.266	244	2.555.266	80%	2.505.732	80%
Fundos de investimentos		119.441	143.393	-	(1.039)	261.795	261.551	261.795	244	261.795	10%	251.862	10%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	-	143.393	-	-	143.393	143.146	143.393	247	143.393	55%	193.378	77%
Operações compromissadas (*)	2	119.356	-	-	-	119.356	119.356	119.356	-	119.356	46%	59.311	24%
Títulos da dívida agrária - TDA	2	85	-	-	-	85	88	85	(3)	85	0%	310	0%
Caixa/contas a pagar/ receber	2	-	-	-	(1.039)	(1.039)	(1.039)	(1.039)	-	(1.039)	0%	(1.137)	0%
Fundos especialmente constituídos - PGBL/VGBL		477.660	1.281.741	399.509	134.561	2.293.471	2.293.471	2.293.471	-	2.293.471	90%	2.253.870	90%
Ações	1	-	-	-	84.914	84.914	84.914	84.914	-	84.914	4%	82.443	4%
Certificados de depósitos bancários - CDB	2	176.182	2.034	-	-	178.216	178.216	178.216	-	178.216	8%	167.697	7%
Debêntures	2	1.618	64.488	-	-	66.106	66.106	66.106	-	66.106	3%	71.881	3%
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	2	17.225	-	-	-	17.225	17.225	17.225	-	17.225	1%	173.543	8%
Letras financeiras - LF	2	51.813	250.500	215.212	-	517.525	517.525	517.525	-	517.525	23%	413.463	18%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	11.734	926.208	15.059	-	953.001	953.001	953.001	-	953.001	42%	1.010.468	45%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	36.900	163.869	-	200.769	200.769	200.769	-	200.769	9%	55.509	2%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	-	-	5.369	-	5.369	5.369	5.369	-	5.369	0%	5.599	0%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	1.611	-	-	1.611	1.611	1.611	-	1.611	0%	1.545	0%
Operações compromissadas (*)	2	219.088	-	-	-	219.088	219.088	219.088	-	219.088	10%	228.279	10%
Quotas e fundos de investimentos	2	-	-	-	52.536	52.536	52.536	52.536	-	52.536	2%	46.329	2%
Caixa/contas a pagar/ receber	2	-	-	-	(2.889)	(2.889)	(2.889)	(2.889)	-	(2.889)	0%	(2.886)	0%
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	55.671	591.110	-	646.781	732.488	646.781	(85.707)	646.781	20%	631.224	20%
Fundos de investimentos		-	55.671	591.110	-	646.781	732.488	646.781	(85.707)	646.781	100%	631.224	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	30.737	357.407	-	388.144	459.386	388.144	(71.242)	388.144	60%	363.588	58%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	-	-	233.703	-	233.703	247.955	233.703	(14.252)	233.703	36%	243.722	39%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	24.934	-	-	24.934	25.147	24.934	(213)	24.934	4%	23.914	4%
Total		597.101	1.480.805	990.619	133.522	3.202.047	3.287.510	3.202.047	(85.463)	3.202.047	100%	3.136.956	100%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

b) Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

c) Determinação do valor justo

O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda de 1 (um) dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos públicos de renda fixa e privados (debêntures) tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Para títulos privados de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - “*Market to Model*” do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada

	30/06/2025		31/12/2024	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Certificados de depósitos bancários - CDB	1,91%	0,31%	1,25%	0,48%
Debêntures	106,25% a.a. + CDI	106,25% a.a. + CDI	112,32% a.a. + CDI	106,25% a.a. + CDI
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	1,40% CDI	0,39% CDI	1,50% CDI	0,39% CDI
Letras financeiras - LF	100% CDI	100% CDI	100% CDI	100% CDI
Letras financeiras - LF	1,30% a.a + CDI	0,40% a.a + CDI	1,40% a.a + CDI	0,40% a.a + CDI
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% SELIC	100% SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC
Notas do tesouro nacional - NTN-B	9,14%	2,57%	7,60%	2,15%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	8,56%	4,33%	8,56%	4,33%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	13,34%	8,88%	13,34%	8,88%
Operações compromissadas	14,88%	14,84%	12,09%	12,09%
Títulos da dívida agrária - TDA	8,70%	8,70%	8,70%	8,69%

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

e) Movimentações das aplicações

	31/12/2024	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	30/06/2025
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	2.505.732	281.558	(385.966)	-	153.942	2.555.266
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	631.224	-	(24.417)	9.133	30.841	646.781
Total	3.136.956	281.558	(410.383)	9.133	184.783	3.202.047

	31/12/2023	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	30/06/2024
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	2.536.439	244.940	(379.362)	-	87.380	2.489.397
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	674.052	26.995	(16.482)	(49.117)	26.770	662.218
Mensuradas a custo amortizado	2.375	-	(2.375)	-	-	-
Total	3.212.866	271.935	(398.219)	(49.117)	114.150	3.151.615

7. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS**a) Composição**

	30/06/2025	31/12/2024
Resgates em processo de identificação	118	286
Taxa de gestão de fundos	2.495	2.561
Créditos a receber de parcerias dos produtos de previdência	25.391	22.585
Outros créditos operacionais	41	41
Total	28.045	25.473

b) Aging

	30/06/2025	31/12/2024
Até 1 ano	4.269	4.483
De 1 a 5 anos	5.801	5.240
Acima de 5 anos	17.975	15.750
Total a vencer	28.045	25.473

8. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO**a) Ativo**

	30/06/2025	31/12/2024
PPNG – Vida	129	-
Provisão de sinistros a liquidar – PSL Vida	5.076	4.232
IBNR/IBNeR – Vida	1.464	1.235
Total	6.669	5.467

b) Passivo

	30/06/2025	31/12/2024
Prêmios cedidos - Vida	7.113	6.880
Comissões a recuperar - Vida	(3)	(7)
Total	7.110	6.873

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

c) Movimentação das provisões de resseguro

	30/06/2025				
Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Total
Saldo inicial	-	4.232	862	373	5.467
Constituições	256	-	6.027	2.585	8.868
Diferimento pelo risco decorrido	(127)	-	-	-	(127)
Aviso/ajuste de sinistros	-	3.652	-	-	3.652
Sinistros pagos a recuperar	-	(2.967)	-	-	(2.967)
Atualização monetária e juros	-	159	-	-	159
Reversões	-	-	(5.862)	(2.521)	(8.383)
Saldo final	129	5.076	1.027	437	6.669

	30/06/2024				
Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Total
Saldo inicial	-	6.068	800	450	7.318
Constituições	256	-	4.977	2.817	8.050
Diferimento pelo risco decorrido	(127)	-	-	-	(127)
Aviso/ajuste de sinistros	-	1.784	-	-	1.784
Sinistros pagos a recuperar	-	(5.179)	-	-	(5.179)
Atualização monetária e juros	-	181	-	-	181
Reversões	-	-	(4.949)	(2.765)	(7.714)
Saldo final	129	2.854	828	502	4.313

9. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo inicial	30.838	35.238
Constituição	7.173	14.839
Reversões	(8.928)	(19.239)
Saldo final	29.083	30.838

10. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	30/06/2025	31/12/2024
Participação nos lucros a pagar	968	1.844
Compartilhamento de despesas	368	3.537
Fornecedores e outras obrigações a pagar	231	230
Total	1.567	5.611

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	30/06/2025	31/12/2024
COFINS	48	429
PIS	8	70
Total	56	499

12. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

São compostos por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes, no montante de R\$ 1.714 (R\$ 1.531 em 31 de dezembro de 2024).

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

São compostos por valores efetivamente recebidos, mas ainda não reclassificados para as correspondentes rendas de contribuições e prêmios.

	30/06/2025	31/12/2024
Até 30 (trinta) dias	127	663
Total	127	663

14. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

a) Composição

	VGBL	Vida Individual	PGBL	Tradicional	30/06/2025 Total
Provisão de Benefícios a Conceder - PMBaC	1.017.350	465.671	1.276.121	164.781	2.923.923
Provisão de Benefícios Concedidos - PMBC	28.685	-	82.272	82.753	193.710
Provisão de Eventos Ocorridos mas Não Avisados - IBNR	-	1.631	-	-	1.631
Provisão de Eventos Ocorridos mas Suficientemente Avisados - IBNeR	-	694	-	-	694
Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL (*)	-	7.678	-	-	7.678
Provisão de Excedente Financeiro - PEF	179	25.848	310	1.004	27.341
Provisão de Despesas Relacionadas - PDC	175	37	343	272	827
Provisão de Resgastes e Outros Valores a Regularizar - PVR	527	1.345	5.215	129	7.216
Provisão de Prêmios não Ganho - PPNG	-	-	-	124	124
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	50	-	201	6.164	6.415
Total	1.046.966	502.904	1.364.462	255.227	3.169.559

	VGBL	Vida Individual	PGBL	Tradicional	31/12/2024 Total
Provisão de Benefícios a Conceder - PMBaC	1.012.920	444.913	1.240.950	181.548	2.880.331
Provisão de Benefícios Concedidos - PMBC	28.520	-	76.374	82.454	187.348
Provisão de Eventos Ocorridos mas Não Avisados - IBNR	-	1.627	-	-	1.627
Provisão de Eventos Ocorridos mas Suficientemente Avisados - IBNeR	-	703	-	-	703
Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL (*)	-	6.679	-	-	6.679
Provisão de Excedente Financeiro - PEF	-	8.823	-	5.930	14.753
Provisão de Despesas Relacionadas - PDC	126	47	252	219	644
Provisão de Resgastes e Outros Valores a Regularizar - PVR	2.805	1.846	2.103	136	6.890
Provisão de Prêmios não Ganho - PPNG	-	-	-	119	119
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	6	-	35	962	1.003
Total	1.044.377	464.638	1.319.714	271.368	3.100.097

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais bruto no montante de R\$ 3.467 (R\$ 3.308 em 31 de dezembro de 2024)

b) Movimentação

	30/06/2025	30/06/2024
Saldo inicial	3.100.097	3.136.684
Constituição	108.533	92.362
Atualização monetária/PEF	196.447	103.830
Portabilidades	(98.828)	(84.254)
Pagamentos (Rendas/Resgates/Benefícios)	(235.676)	(235.302)
Outras movimentações	98.986	84.117
Saldo final	3.169.559	3.097.437

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

15. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	30/06/2025	31/12/2024
Provisões técnicas PGBL/VGBL	2.293.471	2.253.870
Provisões técnicas Vida e Tradicional	876.088	846.227
Parcela correspondente a resseguros contratados	(6.541)	(5.467)
Depósitos judiciais redutores	(315)	(315)
Total a ser coberto	3.162.703	3.094.315
Mensuradas a valor justo por meio do resultado – PGBL/VGBL	2.293.472	2.253.870
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	261.794	251.862
Mensuradas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	646.781	631.224
Ativos garantidores	3.202.047	3.136.956
Suficiência	39.344	42.641

16. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidades de perda

	30/06/2025				31/12/2024			
	Quantidade	Valor do risco	Provisão de sinistro a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistro a liquidar judicial de resseguro	Quantidade	Valor do risco	Provisão de sinistro a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistro a liquidar judicial de resseguro
Provável	2	2.127	3.467	2.837	1	1.174	2.608	2.293
Possível	-	-	-	-	1	857	700	385
Total	2	2.127	3.467	2.837	2	2.031	3.308	2.678

17. PROVISÕES JUDICIAIS**a) Composição**

Natureza	Provisões judiciais		Depósitos judiciais (*)	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Fiscais	-	-	1.191	1.148
Cíveis	386	361	-	-
Trabalhistas	59	160	14	38
Total	445	521	1.205	1.186

(*) Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial somam o valor de R\$ 1.621 (R\$ 1.559 em 31 de dezembro de 2024).

b) Composição das ações judiciais de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas por probabilidade de perda

	30/06/2025			31/12/2024		
	Quantidade	Valor do risco	Valor provisionado	Quantidade	Valor do risco	Valor provisionado
Fiscais	2	1.763	-	2	1.683	-
Possível	2	1.763	-	2	1.683	-
Cíveis	29	1.031	386	32	1.311	361
Provável	10	386	386	9	361	361
Possível	13	372	-	17	392	-
Remoto	6	273	-	6	558	-
Trabalhistas	1	59	59	2	160	160
Provável	1	59	59	2	160	160
Total	32	2.853	445	36	3.154	521

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

c) Movimentação

	30/06/2025			30/06/2024		
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial	361	160	521	284	1.455	1.739
Constituições/reversões	(2)	(85)	(87)	-	(362)	(362)
Atualização monetária	33	9	42	23	93	116
Pagamentos	(6)	(25)	(31)	-	-	-
Saldo final	386	59	445	307	1.186	1.493

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de saídas com estimativas de até 5 (cinco) anos dos desembolsos.

Incidência da taxa Selic - Lei nº 14.905/2024, considerando a experiência nas decisões proferidas nos processos e a incerteza da lei no que tange à retroatividade da aplicação da nova Taxa Legal de juros para as ações judiciais originadas antes da sua entrada em vigor, incluindo os processos iniciados após a vigência da lei, entendemos no nosso melhor julgamento, que o critério de atualização deveria tomar como base a entrada em vigor da lei 14.905/24 para todas as ações judiciais em andamento, ou seja, aplicar a taxa de forma híbrida com aplicação de 1% (um por cento) ao mês até agosto de 2024 e, a partir de setembro de 2024, pela SELIC (-) IPCA para todo o estoque judicial cível, sem impactos relevantes.

Fiscais - A Companhia possui discussões tributárias na esfera judicial, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda dessas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores em risco são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC. Para a data base de 30 de junho de 2025, a Companhia não possuía registro contábil de contingência uma vez que suas ações judiciais são avaliadas com o risco possível, conforme demonstramos abaixo:

IRPJ/CSLL - Discute judicialmente exigência de IRPJ/CSLL, em razão de pedidos de compensação – PER/DCOMP's – não homologados pela Receita Federal. Valor em discussão depositado judicialmente atualizado por probabilidade de perda classificada como possível no montante de R\$ 1.029 (R\$ 1.002 em 31 de dezembro de 2024).

PIS/COFINS – Discute judicialmente a incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras decorrentes de investimentos financeiros oriundos de reservas técnicas. No âmbito do STJ, aguarda julgamento dos embargos de declaração opostos pela Seguradora em face da decisão que negou provimento ao Recurso Especial. No âmbito do STF, aguarda julgamento do Recurso Extraordinário. Em razão da admissibilidade do Recurso Extraordinário foi apresentado pela Seguradora pedido de tutela de urgência perante o Supremo Tribunal Federal para concessão de efeito suspensivo ao referido Recurso Extraordinário, o qual foi deferido pela Ministra Rosa Weber em 27 de abril de 2021. Posteriormente, em 05 de junho de 2024, o novo relator designado para o processo, Ministro Luiz Fux cassou o efeito suspensivo anteriormente concedido. A Seguradora interpôs Agravo Interno em face da decisão de reconsideração e, em 27 de junho de 2024, sobreveio nova decisão do Ministro Luiz Fux que concedeu o efeito suspensivo, pleiteado no agravo, portanto, atualmente, a Seguradora conta com a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários. Tendo em vista que o tema ainda pende de decisão final no âmbito do

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

STF, e tendo em vista que em oportunidade anterior a referida corte se manifestou de forma contrária a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras decorrentes das reservas técnicas, os assessores legais da Seguradora seguem com a avaliação da probabilidade de perda como possível no montante de R\$ 734 (R\$ 681 em 31 de dezembro de 2024).

Cíveis - Referem-se a reclamações previdenciárias envolvendo pedidos de resgates e cláusulas contratuais.

Trabalhistas - A Companhia responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Companhia e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços por meio de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social totalmente integralizado é de R\$ 196.274 (R\$ 196.274 integralizado em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 715.368 (715.368 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias sem valor nominal.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Compreende o ajuste a valor justo a redução ao valor recuperável dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes e a variação da taxa de juros da provisão complementar de cobertura (PCC), líquidos dos efeitos tributários.

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**a) Ramos de atuação – seguros**

Ramos de atuação	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Comercialização	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Contribuição de risco	2.956	2.684	4,36%	(1,34%)	0,00%	0,37%
Vida individual por sobrevivência	20.237	16.887	25,82%	24,38%	30,15%	41,61%
Total	23.193	19.571	23,09%	20,85%	26,31%	35,96%

	30/06/2025	30/06/2024
b) Rendas de contribuições e prêmios	87.757	79.977
VGBL	52.011	44.466
PGBL	35.364	35.114
Tradicional	382	397
c) Prêmios ganhos	23.193	19.571
Prêmios emitidos	35.485	37.366
Contribuições para cobertura de riscos	2.956	2.680
Variações de provisões técnicas de prêmios	(15.248)	(20.475)

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

d) Sinistros ocorridos	(5.355)	(4.081)
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	(5.360)	(3.845)
Provisão de despesas relacionadas – PDC	-	(83)
Variação de sinistros/eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	(5)	(53)
Variação de sinistros/eventos ocorridos mas suficientemente avisados - IBNeR	10	(100)
e) Custo de aquisição de seguros e previdência	(9.528)	(10.808)
Comissão – Vida	(4.908)	(5.308)
Comissão - VGBL	(1.253)	(1.443)
Despesa com corretagem	(1.012)	(887)
Despesa de custeamento de venda	(601)	(660)
Variação das despesas de comercialização diferidas - Vida	(1.194)	(1.718)
Variação das despesas de comercialização diferidas - VGBL	(350)	(407)
Variação das despesas de corretagem e agenciamento diferidas	(210)	(385)
f) Outras receitas e despesas operacionais	6.115	604
Despesa com cobrança	(37)	(7)
Redução ao valor recuperável	415	(31)
Receitas com penalidades	2.656	3.692
Recuperação de rendas pagas	3.257	(2.846)
Outras receitas e despesas operacionais	(176)	(202)
g) Resultado com resseguro	(10.131)	(11.669)
Recuperação de indenizações	3.689	1.784
Prêmio de resseguro cedido	(14.179)	(13.662)
Provisões técnicas de prêmios	130	129
Provisões técnicas de sinistros	229	80
h) Despesas administrativas	(7.352)	(8.556)
Pessoal próprio	(3.672)	(3.305)
Serviços de terceiros	(2.106)	(3.451)
Localização e funcionamento	(445)	(453)
Publicidade e propaganda	(137)	(121)
Donativos e contribuições	(35)	(33)
Depreciação e amortização	(44)	(45)
Outras despesas	(913)	(1.148)
i) Despesas com tributos	(3.215)	(3.759)
COFINS	(895)	(1.260)
PIS	(145)	(205)
ISS	(332)	(349)
Taxa de fiscalização	(1.764)	(1.769)
Outros tributos	(79)	(176)
j) Resultado financeiro	(11.641)	10.340
Receitas financeiras	185.107	114.463
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	153.942	87.380
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	30.841	26.770
Atualização monetária e juros de resseguro	159	181
Outras receitas financeiras	165	132
Despesas financeiras	(196.748)	(104.123)
Atualização monetária - PGBL/VGBL	(144.482)	(75.452)
Atualização monetária - Tradicional	(8.567)	(7.588)
Atualização monetária - Vida Individual	(24.206)	(23.599)
Atualização de excedente financeiro	(18.917)	3.134
Atualização monetária de valores a regularizar	(275)	(325)
Redução ao valor recuperável	(114)	-
Outras despesas financeiras	(187)	(293)

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO**a) Despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**

	30/06/2025		30/06/2024	
	Imposto de renda	Contribuição social sobre o lucro líquido	Imposto de renda	Contribuição social sobre o lucro líquido
Prejuízo/ Lucro antes dos impostos e após participações	(5.215)	(5.215)	17.222	17.222
Adições e exclusões permanentes (*)	(16)	(16)	(53.280)	(53.280)
Adições e exclusões temporárias	(1.218)	(1.218)	(968)	(968)
Resultado fiscal antes da compensação de prejuízo fiscal	(6.449)	(6.449)	(37.026)	(37.026)
Compensação de prejuízo fiscal/base negativa	-	-	-	-
Resultado fiscal do semestre	(6.449)	(6.449)	(37.026)	(37.026)
Tributo sobre o prejuízo do semestre	-	-	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%	0%	0%

(*) Em 2024, refere-se a provisão complementar de cobertura (PCC) e provisão de excedente financeiro (PEF) pela adoção da circular SUSEP 678/2022.

b) Créditos tributários e previdenciários

Ativo	31/12/2024	Constituição	Reversão	30/06/2025
Tributos a compensar	290	80	(349)	21
Tributos retidos na fonte	2.142	1.304	(141)	3.305
Total do ativo circulante	2.432	1.384	(490)	3.326

Ativo	31/12/2024	Constituição	Reversão	30/06/2025
Provisão para riscos de crédito	(194)	50	(97)	(241)
Ajustes de títulos a valor justo TVM	37.936	1.964	(5.617)	34.283
Ajustes de PCC	(5.187)	943	-	(4.244)
Total do ativo não circulante	32.555	2.957	(5.714)	29.798

Ativo	31/12/2023	Constituição	Reversão	30/06/2024
Tributos a compensar	282	5	-	287
Tributos retidos na fonte	67	29	(1)	95
Antecipação de IR\CS	-	2.051	-	2.051
Total do ativo circulante	349	2.085	(1)	2.433

Ativo	31/12/2023	Constituição	Reversão	30/06/2024
Provisão para riscos de crédito	-	193	-	193
Ajustes de títulos a valor justo TVM	1.443	20.778	(1.131)	21.090
Ajustes de PCC	21.105	1.538	(25.416)	(2.773)
Total do ativo não circulante	22.548	22.509	(26.547)	18.510

A Companhia possui crédito tributário fiscal/base negativa nos anos de 2018, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025 não constituído no montante de R\$ 19.878 (R\$ 21.776 em 31 de dezembro de 2024).

21. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona e administra plano de previdência complementar a seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

aposentadoria no montante de R\$ 43 (R\$ 60 em 30 de junho de 2024). O regime do plano é de contribuição definida.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Companhia empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, o Conglomerado Banco do Brasil S.A., seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

		30/06/2025				31/12/2024				30/06/2024			
		Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
MAC Investimentos S.A. (1)	Empresa ligada	9	-	29	-	4	-	26	-	-	-	-	-
MAPFRE Brasil Participações S.A. (1)	Acionista Indireta	9	143	1.362	(1.241)	-	251	630	(688)	-	-	-	-
MAPFRE Capitalização S.A. (1)/(3)	Empresa ligada	122	-	871	(272)	56	14	487	-	-	-	-	-
MAPFRE Investimento Ltda. (1)/(3)	Empresa ligada	10	-	58	(50)	3	-	20	-	-	-	-	-
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (2)	Empresa ligada	8.543	7.110	3.920	(14.051)	9.862	6.873	1.864	(13.533)	-	-	-	-
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)/(3)	Empresa ligada	1.213	-	7.994	(4.255)	457	3.063	3.621	-	-	-	-	-
MAPFRE Vida S.A. (1)	Empresa ligada	-	58	2.253	(1.876)	71	101	388	(441)	-	-	-	-
MAWDY Ltda. (1)/(3)	Empresa ligada	3	-	7	(6)	-	-	22	-	-	-	-	-
PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda. (1)	Empresa ligada	5	-	19	(2)	3	-	16	-	-	-	-	-
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)	Empresa ligada	5	6	38	(71)	1	7	-	(43)	-	-	-	-
Total		9.919	7.317	16.551	(21.824)	10.457	10.309	7.074	(14.705)				

1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Companhia, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE.

2) Refere-se a direitos e obrigações da operação de resseguro, cessão parcial ou total do risco assumido a Resseguradores. Os valores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

3) Refere-se aos planos de previdência dos funcionários registrados nas respectivas empresas.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

É estabelecida anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária a remuneração, os benefícios, os bônus e a participação nos lucros da Administração. Os montantes são pagos pelas empresas do GRUPO MAPFRE.

	30/06/2025	30/06/2024
Honorários	11.377	10.341
Benefícios	6.640	5.540
Bônus e participação nos lucros	13.587	10.539
Total	31.604	26.420

A Companhia não tem como política pagar a empregados e Administradores remuneração baseada em ações.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Comitê de Auditoria**

O Comitê de Auditoria está instituído na empresa MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº

MAPFRE Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

432/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, tendo alcance sobre a Companhia.

b) Honorários de auditores independentes

Os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da MAPFRE S.A. (ES).

Diretoria

Felipe Costa da Silveira Nascimento – Diretor Presidente

Ana Paula Berniz Pin Modesto – Diretora de Recursos Humanos

André Conde Caselli - Diretor Geral de Tecnologia

Alessandra Sayegh Gomes Lopes Delvaux – Diretora de Controles Internos,
Riscos e Compliance

Hugo Sérgio de Assis Júnior – Diretor Geral de Estratégia e Transformação

Luiz Fernando Padial de Camargo – Diretor Geral Técnico

Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves - Diretor Financeiro

Oscar Jose Celada Rodriguez - Diretor de Negócios

Roberto Junior De Antoni – Diretor Geral de Operações

Simone Pereira Negrão – Diretora Jurídica e Secretária Geral
Brasil

Contadora

Tálita de Fiume

CRC 1SP 333939/O-0

Atuária

Vera Lucia Fernandes Lopes

MIBA 817

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025**

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Participações S.A. é um órgão estatutário permanente de assessoramento do Conselho de Administração. Atua de forma independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto de documentos que compõem as Demonstrações Financeiras e avaliar a efetividade do Sistema de Controles Internos e das Auditorias Independente e Interna.

É constituído atualmente por 3 (três) membros efetivos independentes e instituído na Empresa Líder MAPFRE Participações S.A., em conformidade com a Resolução nº 432, de 12 de novembro de 2021, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

A atuação do Comitê alcança as seguintes Empresas: MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A.

Os Administradores da Empresa Líder e de suas Subsidiárias são responsáveis por elaborar, aprovar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter Sistemas de Controles Internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades relativamente às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna realiza trabalhos periódicos, supervisionados pelo Comitê de Auditoria, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos atos de gestão e dos controles internos, procedimentos e Políticas.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria independente das Demonstrações Financeiras das Subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Sua atuação deve obedecer às normas concernentes às atividades dos auditores independentes emanadas das autoridades brasileiras e, conforme o caso, estrangeiras.

Principais Atividades

O Comitê reúne-se mensalmente ou quando necessário for e faz diligências e requisições de documentos e informações junto à Administração, gestores de riscos e de controles internos e Auditorias Interna e Externa. O conteúdo das reuniões está registrado em atas, o que resumidamente detalha o cumprimento dos deveres do Comitê de Auditoria.

Nas reuniões de trabalho com Administradores, executivos e técnicos das diversas áreas das Empresas supervisionadas, o Comitê abordou neste semestre, em especial, assuntos relacionados à preparação das Demonstrações Financeiras, o Sistema de Controles Internos, processos contábeis, critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos, processos de gestão de riscos e relativos a Transações com Partes Relacionadas. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos à gestão das Empresas objeto dos trabalhos.

A partir da interação com as equipes das Auditorias Interna e Independente, verificou e debateu os planejamentos, tomou conhecimento dos resultados dos principais trabalhos executados por ambas

MAPFRE Participações S.A.
CNPJ/MF 12.264.857/0001-06

as equipes de auditoria e examinou as conclusões e recomendações.

Consideradas as informações recebidas das áreas responsáveis, dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, o Comitê não constatou a existência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das Empresas abrangidas.

As Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e o Relatório da Administração da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. foram avaliadas pelo Comitê de Auditoria que discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos de forma a formar a sua própria opinião sobre tais Demonstrações Financeiras.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e presentes as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- a) A Auditoria Interna atua de forma efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade compatível com os serviços prestados;
- b) As atividades da Auditoria Externa e suas conclusões também são base para a opinião do Comitê acerca da integridade das Demonstrações Financeiras em relação às quais não foram identificadas ocorrências materiais e não se verifica comprometimento à independência dos trabalhos desenvolvidos; e
- c) As Demonstrações Financeiras da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. foram aprovadas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Empresas em 30 de junho de 2025 e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira.

São Paulo, 28 de agosto de 2025.

Francisco Petros Oliveira Lima
Papathanasiadis
Membro titular

Rosana Passos de Pádua
Membro Titular

Luiz Cláudio Ligabue
Coordenador e Membro Titular